

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO
(ORGANIZADOR)

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 3 / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-538-9

DOI 10.22533/at.ed.389202810

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento Humano. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar e sociedade, o indivíduo, a intersubjetividade e as relações sociais são preocupações constantes nos artigos e capítulos que integram a obra “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3”. O livro reúne uma série de contribuições da pesquisa social que buscam dar os contornos sobre a vida em sociedade, sobre as identidades e comunidades sociais.

A variedade de olhares que surgem nos capítulos dá conta de uma abordagem ampla sobre diversos temas atuais e urgentes. Sobretudo de questões relacionadas aos processos identitários, à etnicidade, dentre outros. Aqui, destacam-se os trabalhos que abordam as redes de interdependências estabelecidas a partir dos jogos indígenas, a tradição e a sobrevivência de comunidades pesqueiras portuguesas, entre comunidades geracionais, grupos de trabalho e identidades profissionais.

As vulnerabilidades social e laboral também são evidenciadas e debatidas à luz das correntes sociológicas nos trabalhos aqui destacados. Dentre eles podemos ressaltar pesquisas sobre políticas públicas para dependentes de novas drogas psicoativas, a precarização do trabalho e as condições sanitárias no mercado sexual durante a pandemia, as redes de apoio e grupos de identidade vinculados às pessoas em situação de rua, e as condições de representatividades da comunidade carcerária.

O rigor metodológico e as contribuições de múltiplas observações do campo social faz da coleção “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

GEORG SIMMEL E A EDUCAÇÃO COMO TRAGÉDIA

Elson dos Santos Gomes Junior
Rafael Ferreira Pureza de Oliveira
Marcos Felipe Medeiros de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3892028101

CAPÍTULO 2..... 12

ENTRE TRADIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DO TRABALHO DO MAR: DILEMAS GERACIONAIS DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS PORTUGUESAS

Licínio Manuel Vicente Tomás

DOI 10.22533/at.ed.3892028102

CAPÍTULO 3..... 28

EDUCAÇÃO INFORMAL E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE SENIORES RESIDENTES EM VIANA DO CASTELO

Manuela Benvinda Vieira Gomes Cachadinha

DOI 10.22533/at.ed.3892028103

CAPÍTULO 4..... 41

UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MERCADOS DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

Susana Henriques
Maria das Dores Guerreiro
Joana Paula Silva

DOI 10.22533/at.ed.3892028104

CAPÍTULO 5..... 55

SABERES TRADICIONAIS: UMA PESQUISA PARTICIPANTE REALIZADA COM O MOVIMENTO DAS APRENDIZES DA SABEDORIA

Ana Paula Huçalo
Analine Badotti Batista
Cristina Ide Fujinaga
Fernando Stora
Francieli Aparecida Zakseski
Marina Joice Keil
Willidiane Tessari

DOI 10.22533/at.ed.3892028105

CAPÍTULO 6..... 68

REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO DO TRABALHO: TRABALHO SEXUAL, PANDEMIA, CRISE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Roseli Bregantin Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.3892028106

CAPÍTULO 7	83
O LUGAR DE SUJEITO E O INDIVÍDUO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
Amanda Marques de Carvalho Gondim	
José Luís Simões	
Izabel Adriana Gomes de Sena Simões	
DOI 10.22533/at.ed.3892028107	
CAPÍTULO 8	90
JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS	
Deoclecio Rocco Gruppi	
DOI 10.22533/at.ed.3892028108	
CAPÍTULO 9	108
ENTRE SOCIABILIDADES E DESIGUALDADES: AS REDES DE APOIO NAS RUAS	
Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3892028109	
CAPÍTULO 10	121
DINÂMICAS DE AÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES - TENDÊNCIAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	
Paula Soares	
DOI 10.22533/at.ed.38920281010	
CAPÍTULO 11	135
DINÂMICAS DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA, REFLEXIVIDADE E A SUCESSÃO: A FERRAMENTA DO PROTOCOLO FAMILIAR	
Ana Paula Marques	
António Nogueira da Costa	
Paula Freire	
DOI 10.22533/at.ed.38920281011	
CAPÍTULO 12	151
COMUNIDADE DE MOTOCICLISTAS: UMA ABORDAGEM SOBRE UM MOTO CLUBE DO PARANÁ	
Karine Aparecida de Lima	
Bárbara Mendes Paz Chao	
Danielle Soraya da Silva Figueiredo	
Fabio Antonio Matucheski Zarpelon	
Iara Rodrigues Vieira	
Cristiana Magni	
Reinaldo Knorek	
DOI 10.22533/at.ed.38920281012	
CAPÍTULO 13	160
AUTONOMIA PROFISSIONAL DAS NOVAS PROFISSÕES DA SAÚDE EM	

PORTUGAL - OS TÉCNICOS SUPERIORES DE RADIOLOGIA

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes

Rui Pedro Pereira de Almeida

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Bianca Vicente

Kevin Barros Azevedo

Carlos Alberto da Silva

Dulce Miranda

DOI 10.22533/at.ed.38920281013

CAPÍTULO 14..... 172

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTRAMUROS DO PRP-RS

Jiulia Estela Heling

DOI 10.22533/at.ed.38920281014

CAPÍTULO 15..... 180

APROXIMAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE PODER E AUTORIDADE NA SOCIOLOGIA DA AÇÃO EM WEBER

Alexsandro Teixeira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.38920281015

CAPÍTULO 16..... 193

A PROSTITUIÇÃO SOB ESCRUTÍNIO: QUANDO OS PROJETOS ANTIPROSTITUIÇÃO DO FEMINISMO ABOLICIONISTA E DE RELIGIOSOS CRISTÃOS CONVERGEM NO BRASIL

Tiago Luís Coelho Vaz Silva

DOI 10.22533/at.ed.38920281016

CAPÍTULO 17..... 206

A COMPLEXIFICAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR NOS DISCURSOS DA MÍDIA ESPORTIVA NO MIXED MARTIAL ARTS - MMA FEMININO

Luara Faria dos Santos

Ana Carla Dias Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38920281017

SOBRE O ORGANIZADOR..... 217

ÍNDICE REMISSIVO..... 218

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS

Data de aceite: 26/10/2020

Deoclecio Rocco Gruppi

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO

ORCID: 0000-0003-0252-0045

RESUMO: Os Jogos dos Povos Indígenas têm demonstrado, a cada edição, aspectos que os tornam um evento relevante para a sociedade brasileira, como a representação de novas formas de jogar e celebrar. Esses Jogos têm como características principais a celebração, o encontro, o conhecimento de outros povos e o reencontro com outros, o que faz com que sejam reconhecidos por suas diversidades culturais. As primeiras participações de jovens indígenas nos Jogos Escolares Brasileiros foi um momento significativo para os irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena que almejavam a presença indígena nessa competição. A primeira participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros partiu da iniciativa de se levar um arqueiro, a intenção foi apresentar uma outra maneira de demonstrar suas práticas corporais. É a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas. A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens intitulado “Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil

(1996-2009)”, que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoia-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia, Educação Física e História.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos indígenas; Jogos; História; Jogos escolares

INDIGENOUS PEOPLE'S GAMES: INTERDEPENDENCIES NETWORKS

ABSTRACT: The indigenous peoples games have shown each time aspects which make them a relevant event to the Brazilian society, like the representation of new ways to play as well as to celebrate. These games have as their main characteristics to celebrate, the meeting, knowing other people and meeting others again, what make them known by their cultural diversifies. The first indigenous participations in Brazilian School Games was a significant moment to the brothers Carlos Justino Terena and Mariano Marcos Terena whose goal was to make the indigenous people to participate in this competition. The first indigenous participation in Brazilian School Games had the initiative to bring one archer, having the intention to present another way to demonstrate body practices. From this participation on, some proposals to Indigenous people games started to develop. The methodology used in this study is qualitative. The selected sources were obtained in the legislation and in the database and images called “Games, Celebration, Memory and Identity: Creation Trajectory Reconstruction, Implementation and Spreading of the Indigenous people Games in

Brazil (1996-2009)”, which contain the memory of indigenous people games. This research is based in the interdisciplinary, being supported in Sociology, Anthropology, Physical Education and history knowledge.

KEYWORDS: Indigenous Games; Games; History; School Games.

INTRODUÇÃO

Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos líderes nacionais, os irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena em parceria com o Ministério do Esporte. Esses eventos objetivam a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia. No início os objetivos não eram tão claros, Carlos Terena não imaginou o impacto dos Jogos.

O reconhecimento dos Jogos está presente no Artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, a qual afirma ser dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

O líder Carlos Terena, em entrevista, apresenta o processo pelo qual passou para se chegar ao que se denomina hoje Jogos dos Povos Indígenas. Na percepção de Carlos, as experiências na juventude e o espírito de liderança foram bases para o desenrolar das ações posteriores, ele conta como se deu o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte e conseqüentemente com a realização de um sonho, evidencia-se também seu espírito de lideranças que perpassou quase duas décadas expondo como é que se move as coisas para frente.

A criação de uma equipe de futebol formada por estudantes indígenas foi um momento importante para começarem a discutir outras questões políticas e se politizarem. Segundo Sant’Ana (2010, p.101) “(...) eram momentos, também, de reflexão sobre a situação vivenciada pelos seus parentes que ficaram nas TIs., bem como sobre as políticas indigenistas e os levantes indígenas pelo país.”, as possibilidades de visibilidade das comunidades não indígenas por meio do esporte, bem como as inter-relações com dirigentes políticos do Ministério do então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) contribuíram para a idealização dos Jogos dos Povos Indígenas. Contudo, a realização de um sonho de colocar as comunidades indígenas para se encontrarem e celebrarem se tornou realidade no ano de 1996 nos I Jogos dos Povos Indígenas, realizados em Goiânia com apoio do INDESP.

MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado apresenta a abordagem da participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros relacionados aos períodos históricos, (1969-2012).

Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiro. Participação Indígena – Descrição dos participantes/população atendida e organizadores. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena e o Ministério do Esporte, e a relação com os Jogos dos Povos Indígenas.

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. O presente trabalho está centralizado principalmente nas ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoia-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia e História.

As fontes históricas estão relacionadas a “ouvir depoimentos, manusear documentos, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências de nossos antepassados” conforme (Pinsky, 2008, p. 7). O presente trabalho está fundamentado da teoria sobre figurações e relações de poder de Norbert Elias mais especificamente nas obras: “Sociedade dos Indivíduos” (1994); “Os Estabelecidos e Outsiders” (2000); “Norbert Elias por Ele mesmo” (2001) e “Introdução à Sociologia” (2005), Elias e Dunning “A Busca da Excitação” (1992).

RESULTADOS

Indicação das diferentes Instituições

As Instituições envolvidas nos Jogos dos Povos Indígenas - JPIs, são

- Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena, liderada pelos irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena idealizadores e organizadores dos JPIs, e o
- Ministério do Esporte, como principal financiador desses Jogos.

Outras instituições também contribuem para a organização dos Jogos dos Povos Indígenas, estas não oferecem financiamento direto e não são objetos deste estudo do presente trabalho – a saber:

- Universidade, contribui com voluntários das Faculdades de Educação Física e com pesquisadores no acompanhamento e avaliação.
- A Mídia, pois desde a primeira edição contribuiu para a divulgação e visibilidade dos Jogos, assim como para o acesso ao mundo dos esportes pelos indígenas.

- As ONGs. como a Ecoterra representada por Fernando Amazonas e Raí Silva, com trabalhos realizados desde 2003 em Palmas/TO até Porto Nacional/TO e outras.

O presente trabalho está centralizado principalmente nos aspectos históricos da trajetória dos Jogos dos Povos Indígenas desde a primeira Edição e as ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

A Etnia Terena

O matador, o guerreiro, era representado por novo grupo social o *xuna-xati*. Era o guerreiro “que se destacava no campo de batalha matando um adversário” (OLIVEIRA, 1968, p. 28)

Oliveira relata: “Contam os Terena que, depois de matar o inimigo, o guerreiro punha o pé sobre seu peito e tocava uma buzina, anunciando seu feito ao mesmo tempo que reclamava o título de *xuna-xati*. Do grupo social formado pelos *xuna-xati*, i.e., desse grupo de “titulados é que eram recrutados os “Chefes de Guerra”, sem levar em conta sua origem social ou étnica – embora fosse raro (segundo nossos informantes) um *kauti*, tornado *xuna-xati*, chegar a ser “Chefe de Guerra”. (1968, p, 28)

As alianças feitas pelos Terena com os Guaikuru, com as trocas de alimentos por instrumentos de ferro, proteção e cavalos, fortalecem as influências e a índole guerreira desse povo. “Longe de serem passivos nessa história, os Terena procuravam extrair dessas relações (via aldeamentos) aspectos importantes de suas pautas culturais, desde a apreensão dos recursos do Outro (aprendizado do português (fala e escrita), dos hábitos e costumes, acesso a mercadorias, etc.), até a ampliação dos domínios sobre outras etnias, principalmente quando convocados pela Coroa para aldear/“civilizar” etnias consideradas “selvagens”. (SANT’ANNA, 2010, p. 36)

Por outro lado, Pereira nos mostra como compreender a índole pacífica dos Terena que pode ser analisada do ponto de vista da relação de convívio com outros povos: “Os Terena se consideram como um povo afeito à sociabilidade com outros povos, como foi possível constatar em diversas narrativas[...].Contrapõe assim, seu modo de ser ao da população de outros grupos étnicos, considerados como portadores de uma índole hostil, ou menos propensa à contração de relações de convivialidade com outros povos”. (2009, p. 28)

Nos primeiros contatos, a influência dos Terena era vista com bons olhos pelos portugueses sendo-lhes concedido, portanto, um tratamento diferenciado e especial frente a outras etnias, o que possibilitou uma aliança com a Coroa portuguesa: [...]

apesar de desfrutarem de certa autonomia, circulação e manterem relações intensas e não-belicosas com os portugueses, tudo isso não foi suficiente para uma boa composição e configuração das relações entre os Terena e os brasileiros após a eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864 - 1870) (SANT'ANNA, 2010, p. 39)

Nas terras Terena há uma unidade social mais inclusiva, dotado de autonomia política própria, existe um cacique e um conselho tribal. Cada aldeia resolve suas pendências jurídico-políticas entre seus membros internamente. Os assuntos são tratados em grandes reuniões com a presença necessária de todas as lideranças das aldeias.

Relações dos Terena com a sociedade brasileira

As relações Terena-sociedade brasileira perpassa por episódios centrais desde seus primeiros contatos “com as frentes nacionais de desbravamento até sua integração à economia brasileira regional e sua acomodação nos segmentos socioculturais, nacionais”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 27).

Cardoso de Oliveira expõe os fatores socioculturais os quais, de acordo com seu ponto de vista, estimulam e facilitam a assimilação¹, bem como aqueles que dificultam ou a impedem, apresenta os pontos convergentes e divergentes, como consequência do trabalho cativo e da saída da aldeia para cidade.

O paradigma da assimilação das populações indígenas foi repensado e substituído na Constituição de 1988 pela obrigação do Estado em assegurar o respeito e a diversidade cultural. O surgimento do movimento indígena, como nova figuração, denota a possibilidade de apoderar-se, ou seja, estabelecer relações de poder presente nessa rede de interdependência.

O Trabalho realizado por Pereira (2009) na aldeia de Buriti corrobora com os dados etnográficos apresentados por Cardoso de Oliveira ao longo de suas publicações. E, em virtude do desmoronamento do paradigma existente, afirma a renovação e um novo momento na antropologia brasileira em que “a maioria dos antropólogos considera inconsistentes as descrições orientadas pelo paradigma da aculturação e busca experimentar novas possibilidades de descrições e análises”. (PEREIRA, 2009, p. 33)

Como uma das populações indígenas mais numerosas no Brasil, de 24.776 habitantes, (FUNASA, 2009), os Terena mantêm seus princípios próprios e sua formação social, “na situação de contato com a sociedade nacional (colonial e pós-colonial), as comunidades terena optaram – ou tiveram que fazer essa opção como estratégia de sobrevivência” (PEREIRA, 2009, p. 129) eles mantiveram seus

¹ Roberto Cardoso de Oliveira. *O Processo de Assimilação dos Terena* : “processus pelo qual um grupo étnico se incorpora noutro, perdendo sua identificação étnica anterior”

princípios.

Porém, os Terena estão sempre atentos às questões que se referem aos seus direitos, sobretudo nos dias atuais, por meio dos espaços ocupados em diferentes instituições governamentais ou não governamentais.

Através dos espaços ocupados e decorrentes dos movimentos sociais para a condução das demandas indígenas, as associações indígenas, criadas a partir da década de 1970, começam a ter destaque. Vale ressaltar que nas décadas de 1980 a 1990 existe um aumento do número de projetos referentes às questões indígenas promovidos pelas associações criadas nesse período, não somente pelos Terena mas por outras etnias em diferentes regiões brasileiras.

As mobilizações indígenas vão crescendo pelo país, especificamente “os Terena protagonizaram muitas dessas mobilizações que estavam acontecendo, articulando, em diferentes níveis o apoio às suas reivindicações” (SANT’ANNA, 2010, p.100).

A compreensão sobre a etnia Terena, da organização social e as relações com a sociedade brasileira, possibilita analisar que as relações interpessoais dos irmãos Carlos Terena e Marcos Terena provém da índole terena, quando tratam dos assuntos relacionados aos Jogos dos Povos Indígenas com representantes do Ministério do Esporte e suas articulações políticas.

Histórias de vida relacionadas com os Jogos dos Povos Indígenas

Mariano Marcos Terena

Da etnia Terena, faz parte do grupo de estudantes que vai para Brasília completar os estudos na década de 1970, obtém grande destaque e torna-se piloto de aeronave. Marcos Terena é hoje servidor da Fundação Nacional do Índio, articulador dos Direitos Indígenas, mentor dos Jogos dos Povos Indígenas e um dos grandes representantes da União das Nações Indígenas, Movimento Indígena Brasileiro do final década de 1970, que contava, na época com um grupo de estudantes de outras etnias; é Professor da Cátedra Indígena Itinerante e representante de questões dos indígenas no Brasil na Organização das Nações Unidas.

Mariano Marcos Terena foi integrante da Equipe de futebol UNIND (União das Nações Indígenas) formada por quinze estudantes indígenas que foram estudar em Brasília na década de 1970, essa equipe de futebol se tornou um movimento político discute direitos humanos, liberdade e democracia na ação indígena.

Um dos fundadores do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena em 1991.

Em 1992 participa como representante indígena na Conferência das Nações Unidas – Rio 92, contribui na elaboração de uma Declaração denominada “Karioca”

e da “Carta da Terra” apresentadas nessa Conferência, documentos esses que foram revistos na Rio + 20, também organizada pela ONU e realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2001, Marcos Terena profere uma palestra em Irati/PR por ocasião do I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná. Nessa palestra comenta seu papel no Comitê Intertribal, refere-se também à situação deparada pelos índios no Brasil e fala sobre os Jogos dos Povos Indígenas realizados na cidade de Goiânia/GO, no ano de 1996. A palestra é transcrita pela pesquisadora Marina Vinha e publicada em 2003 no livro intitulado Cultura Corporal Indígena, organizado por Maria Beatriz Rocha Ferreira [et al.]. Este é o primeiro encontro para reflexões, no meio acadêmico, sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

É articulador político e organizador do Fórum Social Indígena, um dos espaços criados para discussões que acontecem durante cada edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Nesses Fóruns são discutidas questões como: Ecologia, Política, Saúde, Educação, Direitos Indígenas entre outros temas, por representantes indígenas, profissionais, pesquisadores, personalidades nacionais e internacionais. É um espaço aberto e possibilita tomadas de decisões e encaminhamentos de propostas sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

Carlos Justino Terena

Foi atleta de futebol, participa como chefe de delegação nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) em meados da década de 1980 e 1990. Carlos Justino Terena é funcionário da FUNAI, é representante do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e um dos idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e coordenador cultural desses Jogos;

Entre outras passagens de sua história de vida, comenta sobre a ida a Brasília para estudar e encontra indígenas de outras etnias, esse contato possibilita a ampliação de conhecimento sobre outros povos e admite que esse encontro é muito positivo. Conforme Carlos Terena (2007): *“Bom, só que naquela época não conhecia assim a cultura de outros povos e quando fomos a Brasília eu fui a Brasília estudar, comecei a conhecer outras etnias como principalmente xavante, juruna, carajá [...] que não estão no meio da gente foi embora. Comecei a conhecer outros povos e a partir dessa leitura eu comecei a conhecer também a cultura desses povos e eu sempre imaginei que um dia a gente pudesse juntar essas atitudes, digamos positiva em torno de alguma coisa que pudesse ser em comum então sabemos que há divergências políticas digamos assim há divergências religiosas[...]*

Como se pode observar, nesse relato, a constituição dos Jogos dos Povos Indígenas é uma das inspirações de Carlos Terena após o conhecimento/

reconhecimento de outros povos indígenas, ele vislumbra um momento de encontro onde os povos possam apresentar suas distintas culturas. Essa experiência, da sua ida a Brasília para completar os estudos e conhecer outras pessoas de etnias diferentes, possibilita estabelecer novas redes de interdependências, tudo leva a crer que é um momento muito propício para ampliar seus conhecimentos e as probabilidades de atuação, como esportista, nas questões políticas e, até mesmo relativas às questões sociais. As conexões estabelecidas pelos estudantes não são planejadas, são jovens de etnias diferentes reunidas num mesmo lugar com objetivo de estudar, ali eles têm a oportunidade de refletirem sobre as mais diversas questões relativas às suas vivências trazidas das aldeias para aquele espaço. Devo lembrar que o processo pelo qual se chega à constituição dos Jogos dos Povos Indígenas ainda será discutido ao longo desta tese.

Carlos Terena, esportista, faz parte de comissões que se formam para levar “atletas” para competirem nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), em 1985 em São Paulo, a primeira delegação indígena a participar dos JEBs é composta por representantes do Xingu com as etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako para fazerem demonstração da luta Huka Huka, e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e de natação, nessas modalidades comparecem representantes das etnias: Terena, Xavante, Karajá e os povos do Alto Xingu, onde Carlos Terena foi designado um dos Coordenadores da Delegação. (BOLETIM, 1985, p. 406). A articulação com o então Ministério da Educação e Cultura proporciona essa participação, que permanece até início dos anos de 1990, como relatado anteriormente.

Como dirigente em 1989, Carlos Terena aponta o fato ocorrido com a equipe indígena de futebol de campo no jogo contra a equipe do Paraná. A equipe da Nação Indígena ganha no placar, mas é desclassificada pelo regulamento, pois três de seus atletas têm inscrições irregulares. Sobre esse ocorrido Carlos Terena explica: *“a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras”* (BRASIL, 1989, p. 42). Há uma certa tensão nessa fala, foi o momento para queixar-se de problemas sociais enfrentados pelos indígenas e a sociedade nacional e, expressar a indignação ao referir-se às questões sociais que eram e continuam sendo desfavoráveis.

DISCUSSÃO

Os Jogos Escolares Brasileiros são definidos por Ferreira et al. (2005, p.20.3) como: [...] peculiares quando não são locais – ou seja, municipais ou intermunicipais – por assumirem proporções de mega-eventos ao estilo de competições

internacionais, e por representarem municípios e cidades... Outro aspecto redefinido por esses jogos é a integração da juventude por meio do esporte.

No decorrer de sua história, o envolvimento sempre crescente do número de atletas e estudantes, melhoria técnica dos esportes olímpicos, o aparecimento de uma mentalidade entre a classe estudantil com relação a atividade física, a reciclagem de professores e técnicos, são pontos principais propostos pelos Jogos Estudantis Brasileiros (GRUPPI, 2011, P. 57).

Em 1987 em Campo Grande ano em que, no Fórum de Debates, aparecem questões referentes à compreensão sobre os JEBs, os posicionamentos quanto ao esporte participação, esporte performance e esporte de rendimento, contudo, são momentos de reflexão sobre sua finalidade. (BORGES E BUONICORE, 2007, p.63).

O modelo dos JEBs começa a ser questionado, assim como sua finalidade como competição, bem como a quem se dirige. Outra questão que se torna relevante é quanto às condições de saúde dos atletas, nesse embate considera-se o aluno no contexto escolar como um atleta em potencial, haja vista a sugestão de se colocar a necessidade de exame médico no interior da escola. Do mesmo modo que as questões levadas ao Fórum demonstram certa preocupação no formato no que diz respeito ao esporte participação, de performance ou de formação, ainda consideram o espaço da escola como local revelador de talentos esportivos.

Nesse contexto de mudanças é redigida a “Carta Brasileira do Esporte na Escola” após discussões e subsídios veiculados na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola². Em 1989 Manoel Tubino assume como dirigente da SEED, por indicação do ministro Carlos Sant’Anna, e estabelece um referencial teórico baseado em suas concepções sobre educação, no qual define cinco princípios socioeducativos, a saber: “o da participação, da cooperação, da coeducação, da corresponsabilidade e da integração” (BRASIL, 1989, p. 30). A partir desses princípios o autor defende que a prática esportiva dentro dos JEBs deverá ser de direito de todos, e que não se poderá continuar como um evento no qual se privilegia o esporte de alto rendimento, proporcionando dessa forma a discussão do papel desse esporte no interior da Escola.

A defesa pela publicação da Carta Brasileira do Esporte na Escola reafirma o comprometimento do dirigente com as densas mudanças no conceito de Esporte, as quais se podem ser assentadas no interior da Escola e reafirmando a presença

2 Na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola apresentaram-se pesquisadores de universidades brasileiras, a saber: Prof. Cristóvam Buarque, Prof. Silvino Santin, Prof. Roberto Crema, Prof. João Batista Freire da Silva, Prof. Laércio Elias Pereira, Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima, Prof. Paulo Rubem, Prof. Jorge Sergio Pérez Gallardo, além de contar com a participação de Marcos Terena como integrante da comunidade indígena para uma das mesas de debates levando às questões relacionadas a existência de nações indígenas e às práticas esportivas dos indígenas. Entre outros participantes teve Georgecohama D. A. Araujo e Paulo Roberto de Oliveria, Antonio Batista Pinto (Mestre Zulu – Capoeira), Nilton Agra Vasconcelos Galvão, Paulo Roberto Bukhardt, Rene Augusto Otrenba Eiras. (BRASIL, 1989)

do esporte como evento educativo.

No ano de 1985 a Nação Indígena participa pela primeira vez dos JEBs, é citada nos boletins dos Jogos realizados na cidade de São Paulo, quando realizam a demonstração da luta Uka Uka no CEPEUSP, essa luta aparece no quadro das modalidades com as datas e horários, bem como o local a serem realizadas (BOLETIM, 1985, p.01). A participação nesses JEBs contou com a presença das etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako, teve como Chefe da demonstração da Luta: Sr. Aritana - “Capitão absoluto do Alto Xingu” (BOLETIM, 1985, p. 406), e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e natação, representados pelos Terena, Xavante, povos do Alto Xingu e Karajá, como chefe das modalidades: Sr. Jorge Terena, e Coordenadores da Delegação: Carlos Terena e Jeremias Xavante (idem, p. 406).

A participação indígena no desporto começa no final década de 1970 quando um grupo de jovens indígenas, estudantes que moram em Brasília decidem criar uma equipe de futebol: *Tudo começou em 19 de abril de 1979, Dia do Índio, quando foi organizada uma seleção de futebol indígena formada pelas tribos dos Karajá, Terena, Bakairi, Xavante e Tuxá, para partida amistosa contra a então equipe do CEUB. Daí nasceria uma equipe de futebol de campo e salão dos estudantes indígenas com o nome de KURUMIM. Ela já se apresentou em vários estados brasileiros, inclusive atuando por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. (TERENA, 2001 p.37).*

O relato nos apresenta o momento das experiências na juventude com a organização da equipe de futebol formada por integrantes de diferentes etnias, estudantes que se apresentam em diferentes estados brasileiros, inclusive a atuação por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. Como afirma Sant’Ana (2010, p.101) “(...) alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília.(...) morando num mesmo local e compartilhando de expectativas e experiências comuns, esses jovens criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas)”. Carlos Terena: *Em seguida, através da nossa articulação junto ao Ministério da Educação e Cultura, ficou acertada a participação das comunidades indígenas nos IV Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na cidade de São Paulo, em 1985. E até hoje continua a participação das comunidades indígenas em eventos esportivos oficiais. (TERENA, 2001 p.37).*

A articulação de Carlos Terena junto ao Ministério da Educação e Cultura concretiza sua participação como liderança indígena no processo de desdobramento da inserção das comunidades indígenas num diferente contexto brasileiro que é o dos Jogos Escolares.

A primeira participação de indígenas nos JEBs acontece com a presença de um arqueiro para distinguir, ou seja, para apresentar uma outra maneira de

demonstrar práticas corporais, como afirma Terena: “Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha” (idem, p. 37). No entanto o autor nos brinda com seu relato sobre a participação do arqueiro naqueles Jogos: *(...) quando o índio flecheiro desceu na linha para fazer a demonstração, eu mesmo não conhecia esse índio flecheiro, ele disse: ‘Não, pode por aqui mais de cinquenta metros – porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar’. ‘Então ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim atirou. Ele acertou uma melancia. ‘Está muito grande, traga outra’ trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã(...)* (TERENA, 2001 p.37).

Ao comentar esse fato, Terena se remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa: *(...) ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas.* (TERENA, 2001, p.37).

Essa demonstração então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Em 1988, São Luiz – MA, XVII JEBs, a Nação Indígena participa nas modalidades de Futebol e Futebol de Salão e um fato se torna relevante, eles recebem um comunicado da Comissão Central Organizadora: “A Comissão de Disciplina comunica que as equipes de Futebol e Futebol de Salão da Nação Indígena perderam todos os pontos em favor dos adversários. Tal mudança deve-se ao fato de terem sido inscritos atletas em duas modalidades coletivas contrariando assim, o Artigo 50 do Regulamento Geral dos XVII Jogos Escolares Brasileiros.”(BOLETIM, 1988, p. 247)

Para todos os participantes há o mesmo Regulamento, não obstante serem Nação Indígena e recebem o mesmo tratamento dado a qualquer outra delegação participante dos Jogos. Sobre essa questão Carlos Terena afirma: “a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras”(BRASIL, 1989, p. 42).

Em 1989, com as inovações e mudanças de formatação, os JEBs contam com a presença de aproximadamente 4.000 atletas. Nesse ano a nação indígena participa nas Modalidades de Atletismo (masc. e fem.), Futebol de Salão e Futebol.

Constituição do Comitê Intertribal

Em 1991 é criado o Comitê Intertribal – 500 anos de Resistência, presidido por Mariano Marcos Terena. Marcos Terena, como é conhecido, é designado³ titular, e Pedro Cornélio como suplente, junto ao Grupo de Trabalho Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas, para a preparação/participação da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Entre outras pessoas compõem o Comitê Intertribal: Eliane Potiguara, Itiarori Karajá e o Aritana. Marcos Terena em depoimento a Graziella Sant’Anna (2010, p. 112) afirma: Graziella: *O Comitê, você disse que surgiu na Eco 92...* Marcos Terena: *Isso, daí não sei como eles me convidaram pra ir pra Genebra, primeira vez, ao Secretariado responsável pela Conferência da Rio 92 [ECO 92], convidou e eu fui pra lá. Então, antes de ir pra lá o pessoal da ONU aqui disse: “Vai ter uma Conferência, o que você acha que pode fazer e articular?”. Eu falei: “Eu posso ajudar a organizar tal, mas quero ver primeiro, preciso pensar o que podemos fazer”. Daí, conversei com o Carlos [Terena] o que nós íamos fazer, daí chegamos à conclusão que íamos fazer uma aldeia no evento. Era uma coisa inédita, mais agressiva. Nós estávamos com um plano aqui que nós íamos fazer uma aldeia onde nós iríamos demonstrar o que é desenvolvimento, o que é meio ambiente, usando a tecnologia da selva, começamos a usar esses termos assim. O cara falou: “Poxa, vocês conseguem fazer tudo isso?”. “Nós só vamos participar se conseguirmos fazer isso”. Daí fui pra Genebra nessas condições, já como Comitê Intertribal. Graziella: Vocês montaram o Comitê com que pessoas? Marcos Terena: *Nós montamos com a Eliane Potiguara, o Itiarori Karajá, o Aritana, e outros.* Graziella: *Tinha outros Terena?* Marcos Terena: *Tinha. E registramos a associação para, assim, com o efeito de referência externa lá fora, porque provavelmente a gente poderia ter financiamento para as ações na Rio 92, só que no decorrer do processo eu achei assim, como era evento da ONU, qualquer recurso que a gente conseguisse a gente descarregaria no PNUD e ele gerenciaria isso pra gente, e foi o que realmente aconteceu.* (Marcos Terena)*

O modo como Marcos Terena se afirma diante dessa situação, como representante indígena junto ao governo, com prestígio e confiança, também proporciona a inserção de seu irmão Carlos Terena na organização, por meio do Comitê Intertribal se concretiza a participação de indígenas na ECO 92.

Quando Marcos Terena fala do surgimento do Comitê Intertribal, penso que ele se refere a um dos primeiros trabalhos que esse Comitê realizou e ampliou a visibilidade, tanto para os indígenas que o compuseram quanto para o Governo, que naquele momento possibilitou uma participação mais ampla, ou seja, de outros setores da sociedade num evento como a ECO 92.

3 Conforme Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1991, seção II p. 7435.

Na discussão de questões relativas ao meio ambiente, a representatividade da população indígena pode se dar a partir desse Comitê Intertribal. Porém, surgem algumas questões que merecem atenção acerca dessa representatividade, ou mesmo o porquê desse Comitê ser escolhido, na década de 1990 já existem inúmeras associações indígenas disseminadas pelo país, sobretudo na Região Norte.

Talvez a composição do Comitê representado por algumas etnias possa ser uma das respostas. No entanto, há questionamentos que nos dão indícios das redes de relações estabelecidas naquele tempo e espaço que possibilitam a melhor compreensão dessa participação junto ao Governo. O fato de Marcos Terena ser convidado para a organização da ECO 92 faz com que se “registre a associação”, tanto para fins de financiamentos como para as tarefas que deverá executar, ou mesmo para um início de parceria com o Governo. Ao mesmo tempo nota-se contradições nas ações, o mesmo governo que em um momento se aproxima dos indígenas para realizar tarefas de interesse político comum, se encontra do lado oposto dos indígenas quando estes através das várias associações reivindicam ações governamentais frente aos seus problemas.

Entre outros eventos que o Comitê Intertribal realiza em parceria com o Governo Federal, encontramos os Jogos dos Povos Indígenas, este por sua vez será amplamente abordado na investigação que permeia esta pesquisa.

CONCLUSÕES

Novas redes de interdependências são estabelecidas a partir da iniciativa indígena, haja vista que ao longo do tempo as atividades da equipe de Futebol Indígena proporcionam maior visibilidade e espaços para discussões de problemas que envolvem as aldeias. Nota-se as lideranças indígenas a se reunirem em eventos esportivos e considerando esses como meios de se ter visibilidade na sociedade mais ampla, quer seja em nível nacional ou internacional. Os intercâmbios, como afirma Marcos Terena, visam o “fortalecimento da integração de nossas diferenças étnicas, cuja base é exatamente o respeito e o resgate ao orgulho por essa diferença lingüística, cultural e até mesmo física” (1997, p.2).

As articulações se apresentam de modo que abrangem a sociedade nacional “principalmente entre os jovens e crianças, visando mostrar a verdadeira cara dos índios e conquistando não só a simpatia, o engajamento desses setores, como a valorização do amor à terra e as riquezas culturais, ecológicas e étnicas do nosso país(...)” (TERENA, 1997, p.2).

Marcos Terena afirma que, por meio do esporte, os indígenas começam a se tornar mais visíveis para a sociedade mais ampla e, que a luta indígena em

questões importantes como a demarcação de terras, há muito tempo acontece e pode ser apresentada de modo objetivo por meio desse instrumento: o esporte.

A busca pelo reconhecimento governamental começa a se tornar mais evidente quando Carlos e Marcos Terena iniciam contato com o Ministério do Esporte e INDESP a fim de apresentar seus projetos para a realização do evento denominado Jogos dos Povos Indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas realizados em Goiânia (1996), com a participação de aproximadamente 500 índios, num total de 20 etnias brasileiras foi realizado com parcerias, a primeira delas com o então INDESP e com o Ministro Extraordinário do Esporte.

Apesar de terem notado grande receptividade por parte de autoridades, o projeto aprovado a ser executado tem alguns problemas a serem resolvidos, como a mudança de cidade, o escasso tempo para a organização, e, ainda o que se pôde notar a falta de experiência no trato com povos indígenas.

Nessas novas relações interpessoais, nota-se, através das palavras de Marcos Terena, o “descaso e crítica velada” ao projeto, e estes, por estarem sempre dispostos a lutar pelos seus ideais, mantêm o desafio de levar o projeto adiante.

Dentre as várias articulações, além do contato com o poder público, Carlos e Marcos Terena têm que “(...) conversar com setores da imprensa, visando agendá-las para o evento, não só no Brasil como fora (...)” (TERENA, 1997, p.2).

A preocupação em estabelecer a articulação com a imprensa surge pela necessidade de se preservar a mensagem transmitida “através dos slogans, dos folders enfim, da linguagem histórica e contextualizada” (TERENA, 1997, p.2) a toda sociedade, “já que o que estava em jogo era a história do Índio em nosso país, como também da personalidade e do trabalho histórico do Ministro Edson Arantes do Nascimento”(idem.).

A presença da FUNAI, apesar de cumprir seu papel no projeto dos Jogos dos Povos Indígenas, também é um momento tenso, já que é constitucionalmente a representante oficial do Governo Federal na Assistência e Proteção ao Índio, porém esse órgão não apresenta preocupação com eventos esportivos, por não fazer parte de seus programas indigenistas, nas palavras de Marcos Terena vê-se preocupação de se estabelecer aproximações entre a FUNAI e o Ministério dos Esportes.

As tensões emergem na medida em que se começa a repensar a diversidade de necessidades que as comunidades indígenas possuem, não somente questões sobre as demarcações de terras que são muito importantes, além das questões da saúde, recursos financeiros, mas também ao direito de vivenciarem as manifestações culturais e esportivas e sua continuidade.

Após a realização do primeiro grande evento: os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, a presença dos povos indígenas em eventos públicos começa a ser

valorizada pelo poder público, em especial pelo Ministério dos Esportes. Essas novas relações apresentam oportunidades recíprocas, no que diz respeito à visibilidade e diversidade de cultura e povos presentes no Brasil.

No ano de 1996 o governo brasileiro apoia a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, e com a intenção de “compor um lobby multi-racial do nosso país para defender a cidade do Rio de Janeiro perante o COI” (TERENA, 1997, p.4) o Ministério dos Esportes incumbe os irmãos Carlos e Marcos Terena de organizarem uma delegação de atletas indígenas e levá-la para a cidade do Rio de Janeiro a fim de mostrar tradições culturais de povos indígenas tais como: rituais indígenas, danças, corrida da tora por homens e mulheres, huka-huka, e demonstração de arco e flecha. Marcos Terena elucida: *A articulação e a montagem de um evento como esse, que não é nosso, não pode simplesmente ser decidido pelos donos do dinheiro ou pelos donos do poder, nosso trabalho demanda tempo e paciência, num vai-e-vem entre a cidade e as aldeias, quer seja por telefone, fax, rádio ou mesmo um recado.* (1997, p.4).

Essa incumbência dada a Carlos e Marcos Terena deixa-os preocupados pela complexidade da ação, pois é uma decisão de um órgão público, como Marcos afirma, é necessário “tempo e paciência” para fazer os contatos e os convites além da preocupação da aceitação desses convites: “Durante muito tempo a imagem de nossas tradições culturais, espirituais e lingüísticas foram manipuladas através de fotos, filmes e livros, inclusive em nome da ciência e da valorização cultural. Interessante que nesses casos o personagem principal foi o homem branco, o manipulador, o usurpador, o colonizador, por isso, quando o convite foi feito, tratamos de realizar uma avaliação cuidadosa, não só em termos de apoio financeiro, estrutural, com em saber com quem estávamos caminhando e até mesmo, qual o tipo de valorização teríamos como retorno para nossa demanda territorial e de sobrevivência de nossas aldeias” (1997, p.4).

A avaliação feita pelos líderes leva em consideração as possibilidades de valorização de suas culturas e, sobretudo a um retorno em nível das comunidades como a “demanda territorial e de sobrevivência” nas aldeias.

Nas palavras de Marcos Terena, pode-se identificar os problemas e dificuldades que um evento como esse trazem, em nível de organização de comunidades indígenas, também os benefícios diretos aos indígenas brasileiros. Nessa avaliação percebemos que a balança de poder se estabelece, pois os indígenas têm as tradições culturais, seus conhecimentos, e o poder público a intenção de reunir isso tudo aos seus interesses, neste caso a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas.

A decisão não é somente de Carlos e Marcos Terena, é tomada em conjunto com as comunidades escolhidas, pois decisões como estas não são unilaterais.

Marcos Terena, em relação aos participantes diz: “Todos possuidores de grande potencial físico, beleza plástica e cultural, além de sua força espiritual”, em virtude de não considerar essa ação como simplesmente um passeio, “mas um trabalho de construção da nossa dignidade também”.(1997, p. 4)

Em comum acordo com os organizadores do evento Marcos Terena afirma: “ficou decidido o tipo de evento que teríamos naquele domingo (...): dois rituais indígenas, a dança da terra, a dança da amizade e a dança da guerra; corrida da tora por homens e mulheres; huka-huka, e a demonstração do arco e flecha”. (MARCOS TERENA, 1997, p.4)

Uma preocupação dos líderes Carlos e Marcos Terena refere-se à população em geral no que diz respeito a sua participação direta nas atividades programadas, como forma de intercâmbio, é um bom momento para os “brancos” conhecerem melhor outras culturas existentes neste país.

Contudo, o local onde estariam ao longo do dia, em frente ao Copacabana Palace, “um dia antes mudado pelos donos da festa para 100 metros a esquerda do hotel” (MARCOS TERENA, 1997, p.05) os líderes acompanham a “montagem do alvo, da pista de corrida, do tipo de água da praia, do sistema de segurança, de primeiros socorros, etc, afinal seriam 80 pessoas de diferentes costumes, muitas inclusive sem nunca terem saído das aldeias”. (idem)

Para Marcos Terena, o acompanhamento da saída dos indígenas de suas aldeias para o Rio de Janeiro, conta com apoio institucional e de infra-estrutura, e, sobretudo o tipo de transporte e acomodações para todos integrantes convidados a participarem do evento.

Esse relato nos remete ao comprometimento das comunidades indígenas com o evento, e que lamentam a falta de registro sob a forma de vídeo ou de fotografias por parte do Ministério e do Indesp, apesar disso tudo os integrantes da barraca Indígena correspondem às solicitações abraçando-se e com agradecimentos. A rede de relações estabelecidas em Brasília entre Carlos Terena e Marcos Terena e os representantes do governo possibilita a participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros em 1985. Ao longo da participação nos JEBs vivenciam experiências de organização de competições esportivas.

A trajetória de Carlos Terena nas experiências anteriores como atleta ou dirigente, a participação nos JEBs e os relacionamentos com profissionais de Educação Física apontam possibilidades de se pensar um evento para reunião de povos indígenas. Carlos Terena diz que “sempre sonhou em ver seus parentes reunidos” para encontros, sejam eles esportivos ou que propiciem a discussão de problemas enfrentados nas aldeias.

A constituição dos Jogos dos Povos Indígenas se dá pelas redes de interdependências formadas por Carlos Terena e Marcos e Marcos Terena em suas

trajetórias de vida que, através do trabalho realizado no e pelo Comitê Intertribal, garantem o planejamento desse evento que reúne um maior número de participantes a cada edição.

REFERÊNCIAS

- BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. (2007). *Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares*. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude.
- BRASIL. (1985). *Boletim dos Jogos Escolares Brasileiros*, p. 406.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.
- DUNNING, E. (2003). *El Fenómeno Deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización*. Barcelona: PaidóTribó,
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, N. (2005). *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70 Ltda.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL.
- GRUPPI, D.R.; ROCHA FERREIRA, M. B. (2010). *Os Jogos Indígenas: Processo de Ressignificação das Práticas Corporais dos Kaingang*. In II ENCONTRO ALESDE (Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte – Centro de Investigación ‘Estudios em Educacion Física, Salud, Deporte, Recreacion y Danza’). Maracay – Venezuela.
- GRUPPI, D.R. (2011). *Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas*. In CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B.R e von SIMSON, O.R. (orgs.) *Jogo, Celebração, Memória e Identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009)*. Campinas, SP; Curt Nimuendajá,.
- GRUPPI, D.R. (2013). *Jogos dos Povos Indígenas: Trajetórias e Interlocações*. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, R. C. de. (1960). *O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- OLIVEIRA, R. C. de. (1996). *O Índio e o Mundo dos Brancos*. 4ª.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PEREIRA, L. M. (2009). *Os Terena de Buriti: as foras organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora da UFGD,
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; FASSHEBER, J.R. M.; TAGLIARI, I. A. UGARTE, M.C.D. (2005). *Cultura Corporal Indígena*. In Atlas do Esporte no Brasil. Org. Lamartine Pereira da Costa, Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição. ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

ROCHA FERREIRA, M.B. ; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V.R.T. SIMSON, O.R. von. (2008). **Jogos Indígenas, Realizações Urbanas e Construções Miméticas**. Revista Ciência e Cultura. Temas e Tendências. SBPC, 60:4, p. 47-49.

ROCHA FERREIRA, M.B., FASSHEBER, J.R., TAGLIARI, I.A., SILVEIRA, D. (2003). **Cultura Corporal Indígena**. UNICENTRO. Editora.

ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M., FASSHEBER, J. R. M., TAGLIARI, I.A. UGARTE, M.C.D. (2005). **Jogos tradicionais indígenas**. In: ____ COSTA, Lamartine (org.). Atlas do Esporte no Brasil - Raízes. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição – ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

SANT'ANA, G. R. de. **Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena**. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

TERENA, C. J. **Depoimento** [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR-UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas,SP.

TERENA, M. (1997). **Relatório sobre a participação Indígena**. (mimeo). Brasil.Ministério do Esporte, 01-04.

TERENA, M. (2001). **O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura**. Anais I SIMPÓSIO CULTURA CORPORAL E POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ. Irati-PR: UNICENTRO,.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia profissional 124, 125, 133, 160, 161, 164, 169, 170

C

Clima organizacional 160, 161, 163, 171

Comunidades 12, 14, 15, 18, 19, 22, 25, 27, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 91, 94, 99, 103, 104, 105, 136, 151, 152, 153

Configurações 84, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Convergência ideológica 193, 198, 199

Covid-19 68, 69, 72, 74, 82

Criminalização da prostituição 193, 195, 200, 203

D

Defensoria Pública 172, 173, 174, 176, 177, 179

Desafios ambientais 12

Desregulação 68, 72

E

Educação 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 40, 65, 66, 83, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 134, 158, 162, 203, 215, 216, 217

Educação informal 28, 29

Envelhecimento 12, 18, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40

Envelhecimento profissional 12

Estado 3, 4, 33, 59, 65, 68, 72, 74, 76, 79, 80, 91, 94, 108, 109, 111, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 152, 153, 163, 172, 173, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 217

F

Família empresária 135, 137, 138, 143, 145, 146, 148, 149, 150

Feminismo abolicionista 193, 195, 199, 202

Fisioterapia 121, 122, 123, 124, 127, 130, 131, 132

G

Georg Simmel 1, 2, 3

I

Identidade 12, 15, 27, 31, 38, 50, 65, 90, 106, 107, 119, 128, 130, 132, 151, 152, 154, 156, 159

Interculturalidade 28, 30

J

Jogos escolares 90, 91, 92, 96, 97, 99, 100, 105, 106

Jogos indígenas 90, 106

L

Lugar de sujeito e indivíduo 83

M

Marx 4, 10, 181, 182, 185, 186, 187, 192

Mercados 12, 41, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 135, 137, 141

Michel Foucault 83, 89

Migração 28, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 71

MMA 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Modernidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 18, 20, 25, 65, 84, 207

Moto clubes 151, 152, 155, 157, 159

Mulher 69, 73, 80, 81, 114, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

N

Norbert Elias 83, 88, 89, 92, 173, 207

Novas substâncias psicoativas 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53

P

Peruzzo 57, 62, 67, 153, 159

Poder 25, 30, 35, 57, 62, 63, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 100, 103, 104, 109, 111, 114, 118, 119, 124, 126, 128, 129, 130, 133, 135, 138, 145, 160, 162, 164, 169, 170, 171, 175, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 205, 206, 209, 210, 213, 215, 217

Políticas públicas 41, 43, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 66, 72, 74, 119, 120, 149, 163

Posições desiguais 108, 119

Processos civilizadores 172, 206, 215

Prostituição 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Protocolo familiar 135, 137, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 149, 150

Q

Questão penitenciária 172, 174, 179

R

Redes de apoio 108, 109, 113, 114, 116, 119

Reflexividade 135, 149

Regulação 68, 71, 73, 74, 77, 79, 80, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 146, 163, 171, 193, 203, 209

S

Saber popular 55, 64

Saúde 29, 32, 34, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 66, 75, 96, 98, 103, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 152, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171

Situação de rua 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120

Sociologia da ação 180, 184, 191

Sustentabilidade 12, 17, 18, 25, 26, 27

T

Técnicos superiores de radiologia 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171

Trabalho na pesca 12

Trabalho sexual 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204

W

Weber 4, 11, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 